



## Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)



# O GOVERNO DA BANCARROTA E A BANCARROTA DO GOVERNO

2

Comunicado do Comité Central do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses, a propósito da recente comunicação do Primeiro-Ministro ao País.

O II governo constitucional e o seu Primeiro-Ministro Mário Soares, politicamente falando, faliram. Era já a conclusão que se impunha tirar — e que a classe operária e sectores cada vez mais vastos do povo vêm efectivamente a extrair já — das leis e dos factos anti-operários, anti-populares e anti-patrióticos em que se tem consubstanciado a política do actual governo provisório, ele próprio escolhido e nascido à sombra duma Constituição igualmente tão provisória como ele.

Mas quando porventura a desvalorização incessante do escudo, o aumento contínuo da dívida externa, a subida do custo de vida, o incremento do desemprego, a ruína dos camponeses, o abandono dos emigrantes, o fomento da emigração, a liquidação das esperanças dos jovens ao ensino, à cultura e ao trabalho, a humilhação do povo e a submissão aos interesses do imperialismo e do social-imperialismo, quando porventura tudo isto que são os factos não fossem esmagadora e eloquentemente concludentes da falência política do governo, dos partidos que o integram e do dr. Mário Soares, aí estariam as palavras que o Primeiro-Ministro acaba de proferir «ao País e aos portugueses», para que a última ilusão se banisse e a derradeira dúvida se desfizesse.

Sobre o problema político mais importante de momento, que é o acordo secreto celebrado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional, acordo que envolve uma clara traição à Pátria, porque tem como objectivos concretos o reforço da contrarrevolução, o desmembramento do movimento operário e popular revolucionário e a liquidação da nossa soberania como país independente, transformando-o numa autêntica colónia do imperialismo, sobre esta questão candente que angustiadamente preocupa todo o povo trabalhador, todos os homens e mulheres patriotas, o dr. Mário Soares esquivou-se uma vez mais a revelar claramente os termos verdadeiros do acordo a que chegou.

Durante a última semana, toda a imprensa, rádio e televisão do governo andou prometendo nas primeiras páginas que o Primeiro-Ministro falaria em breve ao País precisamente para explicar o acordo; e nisso, por linhas tortas embora, a imprensa manifestava sentir ser-lhe impossível iludir, por mais um só dia que fosse, a firme exigência do povo consciente, que quer saber, e já, tudo o que o governo trama nas suas costas. Onde, porém, a imprensa, rádio e televisão prometiam que o Primeiro-Ministro explicaria as coisas, virá amanhã escrito em letra de forma que a explicação surgirá não da boca do dr. Mário Soares, mas da boca do dr. Vítor Constâncio.

E como o dr. Vitor Constâncio não é o Primeiro-Ministro, naturalmente ninguém saberá da sua boca em que coisa consiste verdadeiramente o acordo imposto pelo Fundo Monetário Internacional, pois que o ministro das Finanças, invocando a sua qualidade de técnico neutral — tão «neutral» que serve e serviu com igual «independência» e «coerência» esta e a velha senhora — tentará vender aos operários, sem qualquer êxito evidentemente, que esta terceira desvalorização do escudo é uma nova aspirina capaz de curar o cancro onde as duas aspirinas anteriores falharam; que o desemprego não tem remédio, mas que o que não tem remédio remediado está; que a melhor maneira de desenvolver a economia nacional é impedir que ela se desenvolva; que o remédio santo para os nossos campos, melhor ainda que as chuvas de Primavera, é a liquidação de milhares de famílias de camponeses pobres e a constituição de novos latifúndios agrícolas à escala e à medida da Europa «que está connosco»; que a política exacta e genial para abastecer o país de peixe está, não em que nas nossas águas pesquem os portugueses, mas que a elas possam livremente vir pescar, na largura e no comprimento das nossas 200 milhas de mar, as frotas imperialistas da Europa, da América, da Rússia e do Japão; que a forma patriótica de defender a nossa independência e salvaguardar a nossa soberania está, como resulta do acordo com o FMI, em prescindirmos voluntariamente de uma e de outra.



Ora, se o governo e o dr. Mário Soares utilizam todo o cabedal da sua hipocrisia e todo o seu arsenal de politicastros sem escrúpulos para adiar e esconder do povo a verdadeira política contida no acordo; e se, ao mesmo tempo que escondem essa política, não se cansam de repetir em todas as ocasiões e por todos os meios que ela é uma política «boa», que é a «melhor» política, que é a política «óptima», então, das duas uma: ou semelhante política é boa, melhor e óptima, e não há razão para esconder o acordo nem justificação para o governo temer revelá-lo; ou tamanha política não é nem boa, nem melhor, nem óptima e, por isso, compreende-se porque o governo esconde o acordo dos operários e porque o Governo teme revelá-lo ao povo.

Claro está que o dr. Mário Soares, como aliás todos os oportunistas, andem ou não vestidos de socialistas, têm de característico isso de dizerem por sistema boas e doces palavras ao povo e de, por sistema também, praticarem nas costas do povo exactamente o contrário do que prometem e afirmam. Essa duplicidade de carácter, essa hipocrisia e cobardia políticas é tão natural na classe do dr. Mário Soares, do dr. Barreirinhas Cunhal e do dr. Freitas do Amaral como as nêspersas na nespereira e os figos na figueira.

Sucede, porém, que, ainda que todos eles gritem que o «acordo é bom», que o «acordo é necessário», que o «acordo é indispensável», o povo não está mais para cantigas de sereias nem para as bêberas dos oportunistas. O povo exige conhecer até à última vírgula o acordo que lhe escondem e lutará indignadamente contra a traição que lhe preparam.

O Primeiro-Ministro manifestou ontem a opinião de que «o I governo constitucional caiu por falta de luz verde para negociar com o FMI». Em parte, isso é verdade; e foi mesmo a única parcela de verdade que saiu da garganta do dr. Mário Soares na «conversa em família» de ontem. Na altura, efectivamente, o governo nem teve luz verde dos capitalistas portugueses e do imperialismo internacional, porque esses pretendiam um Ministério onde estivessem directamente representados (o que agora, em parte, já possuem com a coligação PS/CDS); nem teve luz verde da classe operária e do povo, porque o povo e os operários rejeitaram o governo oportunista do dr. Mário Soares e recusaram qualquer acordo de submissão ao imperialismo. E por isso nós dizemos agora que o II governo constitucional cairá (em boa verdade, caiu ontem já) porque esse ou qualquer outro governo não têm luz verde dos operários e do povo para negociar com o FMI nem para vender a pátria. E também porque os capitalistas portugueses e o imperialismo internacional, depois de se servirem do partido oportunista do dr. Soares para impor à classe operária e ao povo português um acordo humilhante e vexatório, precisam agora dum governo mais forte, dum governo exclusivamente do grande capital, para aplicarem o acordo e consumarem a traição.

Tal é o destino histórico de todos os oportunistas: abandonados pelo povo, porque o traíram; repudiados pelo grande capital, porque já lhe serviram.

O dr. Mário Soares pretendeu iludir esta realidade política, esta oposição e luta de classes fundamental entre a burguesia e o proletariado, esta especial correlação de forças de classe da nossa sociedade, falando não para convencer ninguém, mas para convencer-se a si própria. E foi assim que repetiu os estafados lugares-comuns da política da pequena-burguesia hesitante e poltrona: o seu governo «é legítimo e é maioritário», enquanto, deduz-se, todo e qualquer outro governo será minoritário e ilegítimo; o seu «governo não é provisório», pelo que, infere-se, é definitivo; o seu «governo resulta da vontade popular», pelo que, conclui-se, nenhum outro governo será da vontade do povo; «não se perfilou até agora no horizonte nacional qualquer política de alternativa ao actual governo», tese que, aliás, e com igual à vontade e convicção, o dr. Mário Soares vem defendendo desde o primeiro governo de que fez parte, que com o actual governo somam oito, sete dos quais, como se sabe, caíram para todos os efeitos.

Vê-se que, quanto mais repete as suas certezas, mais a realidade desengana o dr. Mário Soares. Obviamente, é impossível convencer a pequena-burguesia, os seus partidos e os seus dirigentes políticos de que apenas numa dada correlação de forças de classe particular, *excepcional*, entre a burguesia e o proletariado, é que, só provisoriamente, enquanto o equilíbrio temporário entre essas duas classes principais se não rompe em definitivo a favor de uma ou de outra, pode haver um governo de que os Soares façam parte. O que justamente não se perfila no horizonte nacional são governos do PS e do actual Primeiro-Ministro.

O dr. Mário Soares sente que está sobre um barril de pólvora, mas não quer nem pode tirar daí as conclusões que se impõem. Opina que há «um descontentamento popular difuso» quando é concentrada e rubra a indignação das massas; e grita que «o governo tem autoridade e tem força», quando o seu governo está castrado e pôdre.

Apercebendo-se de que o governo está a fugir-lhe debaixo dos pés e de que o grande capital, a quem tem fielmente servido, lhe puxa o tapete, o dr. Mário Soares, no meio de uma crise que se agudiza a



olhos vistos e quiçá o pouco tempo do seu fim como Primeiro-Ministro, utiliza um terço do espaço da sua comunicação ao País, não para tratar de coisas que interessem directa e principalmente ao povo, mas para formular o seu primeiro ataque aberto ao actual Presidente da República. É assim que levanta o problema de «um conflito agudo entre órgãos de soberania»; insinua (no que não está de todo errado) que o actual Chefe do Estado é dos que «jogam na desestabilização»; recorda que «não se pode ignorar o peso fundamental dos partidos»; lembra que «a regra da selectividade política reside no voto»; declara que «a recuperação depende da estabilidade político-militar» (se até agora a recuperação não se fez é porque, branco é galinha o põe, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas não conseguiu a indispensável estabilidade político-militar); e termina avisando directamente Belém que «há que ter o bom senso de não abrir prematuramente certas polémicas, como, por exemplo, a da revisão constitucional» — tudo alusões mais que manifestas ao discurso do Presidente da República no último 25 de Abril.

Estamos, portanto, numa situação política que provoca fenómenos como estes: o Presidente da República, sem a confiança do qual este governo não poderia constitucionalmente existir, vai à Assembleia Nacional afirmar que não tem nada que ver com o dito governo; o Conselho da Revolução, que todas as semanas reúne para analisar a situação político-militar, chama ao Restelo o ministro das Finanças para falar do acordo com o FMI, o que mostrou que o CR não alcança compreender que o acordo do FMI é a pedra fundamental da situação político-militar, a discutir semanalmente, ou que ignora o acordo, coisa inadmissível num órgão de soberania, ou que, conhecendo-o, a inteligência dos conselheiros é tão granítica que não consegue interpretá-lo sem o auxílio do professor Vitor Constâncio; o Primeiro Ministro ataca o Presidente da República, os tribunais e, por tabela, o Conselho da Revolução, também responsável pela instabilidade político-militar. Em suma, os órgãos da soberania, todos concordes na necessidade de consolidar o Estado, intensificar a austeridade, mandar trabalhar mais a quem sempre trabalhou, etc. , andam, apesar disso, à paulada uns com os outros!...

E porquê? Porque a crise, a despeito de todas as declarações em contrário, agudizou-se subitamente e quando a tempestade ameaça desencadear-se cada um procura estar no lugar mais seguro possível. Porém, o dr. Mário Soares e toda a sua classe não só não tem onde se abrigar, como está mesmo ameaçada de ser lançada ao mar. Daí o desespero patente da sua última comunicação «ao País e aos portugueses». O seu governo foi escolhido para pôr termo à bancarrota, e a bancarrota ameaça pôr termo ao seu governo. Tudo porque, não pode, não sabe, nem quer definir e aplicar uma política que sirva às amplas massas do povo e porque pode, sabe e quer definir e aplicar uma política contra o povo.

Mesmo assim, até ao último momento, o governo do dr. Mário Soares continuará a clamar e a executar uma política anti-operária a anti-popular. Continuará a dizer, repetindo Salazar e Caetano, que «o excesso de liberdade será sempre o caminho mais directo para a negação total das liberdades». Continuará a exigir e a montar um «serviço de pesquisa de informação que é urgente», isto é, uma nova polícia política em tudo igual à Pide. Continuará a pedir novos e mais eficazes «meios para lutar» contra a classe operária, o povo trabalhador, os soldados e marinheiros, a juventude e os marxistas-leninistas que encabeçam os seus combates.

Até ao último momento, o governo do dr. Mário Soares, como ontem uma vez mais claramente afirmou, reforçará a sua política de austeridade contra o povo, devolverá aos latifundiários e grandes agrários as terras justamente ocupadas pelos assalariados rurais, legislará sobre a contenção dos salários e promoverá a sua sinistra política de despedimentos, carestia de vida, de fome e de miséria. «Prosseguir na política de austeridade encetada com redobrada energia» — tal é o que tem para oferecer ao povo. Uma nova polícia política, uma nova lei da censura à imprensa, pagamentos das indemnizações aos monopólios, aos latifundiários e aos altos funcionários saneados — eis o que prometeu de coração à classe que lhe paga.

E para cumulo da desfaçatez, o dr. Mário Soares, cujo governo acaba de vender o país ao Fundo Monetário Internacional, ao imperialismo e ao social-imperialismo, vem dizer-nos ontem que «o acordo com o Fundo não vem resolver os graves problemas nacionais»! Até ontem, o «grande empréstimo» era a salvação da nossa economia e o acordo com o Fundo uma «necessidade patriótica»! A partir de ontem, uma vez assinado o acordo nas costas do povo e contra o povo, o dr. Mário Soares começa a preparar o ambiente, isto é, a opinião pública, para o desastre económico que aí vem, para a bancarrota iminente.

O Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses alerta a classe operária e todo o povo para a política reaccionária prosseguida pelo governo PS/CDS — política que tem, como o Primeiro-Ministro afirmou ontem, o total acordo implícito dos «partidos da oposição» P«C»P e PPD e respectivos satélites U«D»P e P«C»P («M-L») — conclamando os trabalhadores a unirem-se como um só homem, a reforçarem as suas organizações de classe, a escorraçarem do seu seio os falsos socialistas, falsos comunistas e demais traidores e a lutarem com decisão e energia em defesa das suas reivindicações políticas fundamentais.



A luta contra o acordo de vende-pátrias celebrado entre o governo e o Fundo Monetário Internacional é uma luta política patriótica da máxima importância para o povo português e para o desenvolvimento futuro do movimento operário e popular revolucionários. Luta na qual os operários, única classe verdadeiramente revolucionária da nossa sociedade, devem saber unir a si as demais camadas do povo, homens e mulheres patriotas, em defesa da soberania e da independência nacional.

No momento em que o Primeiro-Ministro falava, 11.000 soldados e marinheiros ao serviço do imperialismo americano e da Nato desembarcavam na capital, conspurcando com as suas botas cardadas o chão da nossa terra e a bandeira da nossa independência. Acordo com o Fundo Monetário Internacional; manobras da NATO na costa portuguesa; o porto de Lisboa ocupado por porta-aviões e outros vasos de guerra; onze mil soldados estrangeiros desembarcando. Isto, tudo isto, apenas para a assinatura dum acordo. Daqui, já pode raciocinar e concluir a classe dos proletários o que lhes reserva o imperialismo e o social-imperialismo quando se trata, não já de assinar, mas de executar os acordos celebrados e impostos.

A nossa classe operária quer ser livre, e sê-lo-á com luta. O nosso povo preza a sua soberania e a sua independência, e na luta preservá-las-á.

**CONTRA O FMI! GOVERNO POPULAR!**

**IMPERIALISTAS E SOCIAL-IMPERIALISTAS FORA DE PORTUGAL!**

Lisboa, 10 de Maio de 1978

Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses